

Nova entidade do setor "é genuína em defesa da produção brasileira", afirma dirigente

Novabio nasce com a representação de 35 unidades produtoras de 11 estados

Por **Delcy Mac Cruz**

em **10 maio, 2019**

👁 27



A nova entidade do setor sucroenergético "é genuína em defesa da produção brasileira", afirma Renato Cunha, um dos dirigentes e fundadores em entrevista ao JornalCana.

Como é o nome da nova entidade do setor?

O nome da nova entidade é Novabio.

Quantas unidades a Novabio representa?

A Novabio, segundo Cunha, tem um conselho com mais de 35 unidades produtoras espalhadas em 11 estados.

Quais estados são esses?

São os estados do Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, Alagoas e Goiás.

A Novabio pretende representar unidades de outros estados?

Sim. Cunha destaca que a Novabio pretende representar, nos próximos meses, produtores industriais dos estados de São Paulo, Rio Janeiro e de Minas Gerais.

A entidade também deve atender cooperativas de produtores?

Sim. A Novabio já possui quatro cooperativas agroindustriais entre os representados.

Quem está à frente da Novabio?

Quem está à frente da Novabio como presidente do Conselho é o experiente alagoano Pedro Robério de Melo Nogueira, que também preside o Sindaçúcar de Alagoas.

Eu sou o presidente executivo da Novabio, igualmente integrado ao setor sucroenergético desde 1977. Presido também o Sindaçúcar-PE.

Qual é o norte da Novabio?



“O nosso norte não recai em sermos únicos, nem muito menos plurais, mas sermos genuínos em defesa da produção sucroenergética realizada no Brasil”, afirma Renato Cunha.

Quais são os objetivos da Novabio?

Os objetivos da entidade, conforme Cunha, são:

1 – Promover o incremento da competitividade do setor, de forma sustentável e rentável, garantindo mais longevidade às empresas que defendem teses e práticas atreladas a produção nacional .

2 – Consolidar a venda direta e alternativa/complementar de etanol hidratado ao canal de distribuição dos postos do hidratado.

- Essa proposta só encontra antagonistas as distribuidoras gigantes.

- A defesa da venda direta está proliferada na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- Só é preciso revisar essa envelhecida proibição no CADE, na Academia, na grande maioria dos Governos, no Senado Federal e, dentro em breve, na Câmara Federal.

Benefício ao consumidor

- Na Justiça Federal já há decisões favoráveis em favor da venda direta em Pernambuco, Alagoas, Sergipe e no Rio Grande do Norte.
- Inúmeros formadores de opinião precisam entender que essas novas bases de benefício ao consumidor precisam entrar em vigor.

Geradoras de empregos

- Essas bases devem vigorar com as genuínas usinas produtoras fornecendo produtos, até por serem fortemente geradoras de muitos e muitos empregos.
- *Não se trata de produto fabricado em outros países, aumentando e atuando em favor de mais desemprego no Brasil.*

3 – Desenvolvimento de trabalho no tempo certo, para ampliação do destino de nossa produção no mercado interno.

Esse desenvolvimento deve vir com incentivos a mais frotas movidas a etanol e maior percentual de mercado.

Também, de forma gradativa, ampliar a elevação do "blend" atual de 27 por cento da mistura do anidro na gasolina.

4 – Proteger o mercado interno das importações, absolutamente desnecessárias, dilapidadoras de reservas cambiais.

Essas importadoras não são redutoras de preços aos consumidores de etanol.

E se constituem em operações com fiscalizações muito frágeis nas análises de qualidade dos produtos importados.

Cotas de exportação

5 – Manutenção e ampliação de cotas de exportação de açúcar e etanol no âmbito da Lei 9362/96.

6 – Criação e implementação de planejamento que foque em desenvolvimento nacional com mais previsibilidade e rentabilidade para o setor, sem prejuízo das teses concretas voltadas à redução de *gaps* de disparidades regionais.

7 – Defesa diferenciada de incentivos para a indústria da cana que gera mais empregos em escala, notadamente na agricultura.

“Cana Social”

Com mais estímulos à Chamada “Cana Social” do Nordeste, assim como programa de inovação e agregação tecnológica com monitoramento de resultados quanto a agregação de valor em produtividade.

8 – Programa de melhoria de infraestrutura para portos e modais de transporte que reduzam ainda mais custos ao consumidor e acarretem mais ganhos de competitividade ao nosso setor.

Cultivares

9 – Fortalecimento da Rede Ridesa (Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroenergético) para melhoramento genético dos cultivares que são usados nos ambientes de produção mais rústicos.

Cultivares essas com taxas de pagamentos de royalties por aumentos efetivos de produtividade e não por hectares onde se precifica pela produtividade de outras regiões.

Isso é uma falta até de respeito até por não traduzirem os resultados preconizados como esperados.

Oscilações de produções

10 – Programa de Irrigação e Armazenagem hídrica para as regiões que têm oscilações de produções, historicamente imponderáveis, face clima.

No Nordeste, muitas águas das chuvas não são armazenadas e correm para o mar com absoluto não aproveitamento e irracionalidade.

O Brasil tem muitos contrastes e a cana-de-açúcar no Norte e no Nordeste não é desenvolvida no mesmo “Brasil Econômico” onde está o super vigoroso estado de São Paulo.

Isso confere a outras tantas regiões com cana a autoridade para proporem novas soluções e adaptarem modelos a suas realidades.

Por que?

Porque afinal são mais de 56 milhões de consumidores que racionalmente devem ser abastecidos por quem produz na nossa região.

Não estamos condenados a apenas importar alimentos. Temos condições de muito mais e com poder de gestão efetiva das águas isso vai ser realidade mais cedo do que se imaginava.

Como a entidade avalia o RenovaBio?

Cunha: o programa foi fruto de tratativas notadamente nascidas em Pernambuco e Alagoas com o então brilhante ministro pernambucano Fernando Bezerra Filho.

O que fez Bezerra Filho?

Com sua garra e inteligência, Bezerra Filho montou um programa contemporâneo, moderno e consequente de remuneração pelos serviços ambientais inter-cadeia produtiva.

Como ele montou o programa?

Ele montou o programa e reuniu técnicos de altíssima expressão qualitativa e contou no Parlamento com eficientes e abnegados parlamentares, dentre os quais se destacaram os deputados Evandro Gussi, autor do projeto, e João Fernando Coutinho, então presidente da Frente Parlamentar Sucroenergética e relator do projeto na Câmara.

”

Geramos bônus ambientais

Acreditamos no programa porque os benefícios ambientais que geramos são verdadeiros bônus ambientais.

Principalmente se nos critérios de aferição da produção "nativa" do Brasil houver melhores notas e mais reconhecimentos da capacidade de descarbonização, nas certificações dos CBIOS.

”

Confiamos que os fundamentos do setor podem ser muito melhorados, principalmente se no ambiente adequado e, aglutinador, já com muitos serviços prestados pelo Fórum Nacional Sucrenergético, houver mais desprendimento de seus participantes, com mais exercício e prática da busca pela convergência em favor do nosso imenso País.

>>



Novabio

Renato Cunha

RenovaBio

setor sucrenergético

Sindaçúcar-AL

Sindaçúcar-PE

Unidades Produtoras



Clique no botão Inscrever-me e não perca nenhuma notícia

 **Inscrever-Me**